

Diário do Legislativo de 05/02/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adauto - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Solene

1.2 - Reunião Preparatória

1.3 - Reunião de Comissões

2 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

3 - ERRATA

ATAS

ATA DA REUNIÃO SOLENE EM 28/1/99

Presidência do Deputado Romeu Queiroz

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Declaração de encerramento - Suspensão e reabertura da reunião - Ata - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Romeu Queiroz - Cleuber Carneiro - Francisco Ramalho - Ivo José - Maria Olívia - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Ailton Vilela - Ajalmar Silva - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Ermano Batista - Geraldo da Costa Pereira - Geraldo Nascimento - Hely Tarquínio - Ibrahim Jacob - Isabel do Nascimento - Jorge Eduardo de Oliveira - José Bonifácio - José Braga - José Militão - Leonídio Bouças - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria José Haueisen - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Barbosa - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Rêmolo Aloise - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Sebastião Navarro Vieira - Toninho Zeitune - Wanderley Ávila - Wilson Trófia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Romeu Queiroz) - Às 16h29min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria Olívia, 5ª-Secretária, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Declaração de Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes para, de pé, ouvirem a declaração de encerramento: "Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, declaro encerrada a 1ª Sessão Legislativa Extraordinária da 13ª Legislatura".

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender os trabalhos por 5 minutos, para que seja feita a redação da ata desta reunião. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata desta reunião.

Ata

- A Deputada Maria Olímpia, 5ª-Secretária, nas funções de 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião, que é aprovada sem restrições.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião. Levanta-se a reunião.

ATA DA REUNIÃO preparatória, DESTINADA à POSSE DOS DEPUTADOS, À ELEIÇÃO DA MESA PARA O BIÊNIO 1999/2000 E À INSTALAÇÃO DA 14ª LEGISLATURA, EM 1º/2/99

Presidência dos Deputados Luiz Menezes e Anderson Aduato

Sumário: Abertura - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Compromisso de posse - Assinatura do termo de posse - Declaração de posse - Suspensão e reabertura da reunião - Eleição da Mesa - Prorrogação da reunião - Palavras do Sr. Presidente - Posse dos membros da Mesa - Declaração de instalação - Palavras do Sr. Presidente - Decisão da Mesa - Encerramento.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Luiz Menezes) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Itamar Franco, Governador do Estado; Desembargador Lúcio Urbano, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Célio de Castro, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; General-de-Divisão Rômulo Bini Pereira, Comandante da 4ª Região Militar/4ª Divisão de Exército; César Masci, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se a presente reunião preparatória à posse dos Deputados eleitos e diplomados para a 14ª Legislatura, à eleição da Mesa para o biênio 1999/2000 e à instalação da 14ª Legislatura, nos termos do Título I, Capítulo II, Seções I a IV do Regimento Interno.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - Convido os presentes a ouvir o Hino Nacional, a ser interpretado pelo baixo-barítono Amin Feres.

- Ouve-se o Hino Nacional, interpretado pelo baixo-barítono Amin Feres.

Compromisso de Posse

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir, de pé, o compromisso de posse. (- Lê:)

"Prometo defender e cumprir as Constituições e as leis da República e do Estado, bem como desempenhar, leal e honradamente, o mandato que me foi confiado pelo povo mineiro."

- O Presidente assina o termo de posse.

Assinatura do Termo de Posse

O Sr. Presidente - O Sr. 1º - Secretário vai proceder à chamada dos Deputados eleitos e diplomados para a 14ª Legislatura. A Presidência esclarece aos Deputados que, quando forem chamados, deverão, individualmente, de pé, prestar o juramento, pronunciando as palavras "assim o prometo" e, logo em seguida, assinar o termo de posse, que se encontra na bancada entre as duas tribunas. Esclarece, ainda, que, em conformidade com o inciso III do art. 6º do Regimento Interno, o compromissando não poderá, no ato da posse, fazer declaração oral ou escrita ou ser representado por procurador. Com a palavra, o Sr. 1º-Secretário.

O Sr. 1º-Secretário - (- Faz a chamada.)

- Prestam o compromisso de posse e assinam o livro os Deputados: Adelino de Carvalho, Adelmo Carneiro Leão, Agostinho Patrús, Agostinho Silveira, Aílton Vilela, Alberto Bejani, Alberto Pinto Coelho, Alencar da Silveira Júnior, Álvaro Antônio, Ambrósio Pinto, Amílcar Martins, Anderson Aduato, Antônio Andrade, Antônio Carlos Andrada, Antônio Genaro, Antônio Júlio, Arlen Santiago, Bené Guedes, Bilac Pinto, Carlos Pimenta, Christiano Canêdo, Dalmo Ribeiro Silva, Dilzon Melo, Dimas Rodrigues, Dinis Pinheiro, Djalma Diniz, Durval Ângelo, Edson Rezende, Eduardo Brandão, Eduardo Hermeto, Elaine Matozinhos, Elbe Brandão, Elmo Braz, Ermano Batista, Fábio Avelar, Francisco Rafael, George Hilton, Geraldo Rezende, Gil Pereira, Glycon Terra Pinto, Hely Tarquínio, Irani Barbosa, Ivair Nogueira, Ivo José, João Batista de Oliveira, João Leite, João Paulo, João Pinto Ribeiro, Jorge Eduardo de Oliveira, José Alves Viana, José Braga, José Henrique, José Milton, Luiz Fernando, Marcelo Gonçalves, Márcio Cunha, Márcio Kangussu, Marco Régis, Maria José Hauelsen, Maria Olímpia, Mauri Torres, Mauro Lobo, Miguel Martini, Newton de Morais, Olinto Godinho, Paulo Pettersen, Paulo Piau, Rêmoló Aloise, Rogério Correia, Ronaldo Canabrava, Sávio Souza Cruz, Sebastião Costa, Sebastião Navarro Vieira, Tadeu Leite, Wanderley Ávila, Washington Rodrigues.

Declaração de Posse

O Sr. Presidente - No exercício da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, declaro empossados os Deputados que prestaram compromisso nesta reunião.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião pelo prazo de 30 minutos, para que os Deputados empossados recebam os cumprimentos. Após a reabertura dos trabalhos, vamos proceder à eleição da Mesa da Assembléia para o biênio 1999/2000. Manifestamos às autoridades e convidados presentes os agradecimentos do Poder Legislativo pelo comparecimento a esta solenidade. Agradecemos, também, a Banda de Música do Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica e à PMMG pela participação neste evento. Os Deputados receberão os cumprimentos no Hall das Bandeiras, andar térreo. Está suspensa a reunião.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Está reaberta a reunião. A Presidência dará, neste instante, início ao processo de eleição dos membros da Mesa da Assembléia para o biênio 1999/2000.

Eleição da Mesa

O Sr. Presidente - Convido os Deputados Sebastião Navarro Vieira e Antônio Júlio para exercer as funções de 1º e 2º-Secretários, respectivamente. Convido, ainda, os Deputados Agostinho Patrús e Maria José Hauelsen para atuar como escrutinadores. A Presidência informa ao Plenário que, em conformidade com o inciso I do art. 9º do Regimento Interno, encerrou-se às 12 horas de hoje o prazo para registro de candidatos à eleição da Mesa da Assembléia. Com a palavra, o Sr. 1º-Secretário, para que proceda à apresentação das chapas e das candidaturas individuais registradas.

O Sr. Secretário (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - Pois não, Sr. Presidente. Conforme V. Exa. anunciou, até as 12 horas de hoje foram registradas as seguintes candidaturas: para Presidente, o Deputado Anderson Adatao; para 1º-Vice-Presidente, o Deputado José Braga; para 2º-Vice-Presidente, o Deputado Durval Ângelo; para 1º-Secretário, o Deputado Dilzon Melo e para 2º-Secretário, o Deputado Gil Pereira. Foram registradas, ainda, as seguintes candidaturas: para 1º-Vice-Presidente, o Deputado Wanderley Ávila; para 2º-Vice-Presidente, o Deputado Ermano Batista; para 1º-Secretário, o Deputado Rêmoló Aloise e para 2º-Secretário, o Deputado Hely Tarquínio. São essas as candidaturas registradas em tempo legal, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Mesa recebeu comunicações dos Deputados Wanderley Ávila e Hely Tarquínio, comunicando a retirada de suas candidaturas aos cargos de 1º-Vice-Presidente e de 2º-Secretário, respectivamente. A Presidência vai suspender a reunião por 5 minutos, para que a cabine de votação seja preparada. Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Procede-se à preparação da cabine de votação.

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. A Presidência informa aos Deputados que eles receberão dos escrutinadores envelopes devidamente rubricados. Em seguida, na cabine, cada um por sua vez e apenas quando chamados, os Deputados deverão colocar nos envelopes as cédulas, contendo o nome de seus candidatos a Presidente, 1º-Vice-Presidente, 2º-Vice-Presidente, 1º-Secretário e 2º-Secretário. Somente poderão ser colocadas dentro das sobrecartas as cédulas de votação, e não será aceito nenhum sinal, procedimento ou material que possa identificar o voto. A Presidência esclarece ao Sr. 1º-Secretário que deverá aguardar que cada Deputado conclua a votação para chamar o Deputado seguinte. Convido os Deputados a assumir seus lugares. Não vamos permitir que ninguém faça boca-de-urna. (- Pausa.) Pedimos, mais uma vez, aos Deputados que ocupem seus lugares, para iniciarmos a eleição.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, questão de ordem. V. Exa. está pedindo que os Deputados ocupem seus lugares. A votação é secreta, e a chamada é nominal. Não estou vendo motivo para esse tipo de procedimento.

O Sr. Presidente - Os Deputados devem ocupar os seus lugares a fim de reiniciarmos os trabalhos.

O Deputado Irani Barbosa - Os trabalhos podem ser reiniciados, o Plenário está completo, todos os Deputados estão presentes, portanto, não há necessidade de estarem assentados.

O Sr. Presidente - Não vamos admitir boca-de-urna nem interferências. Por isso, solicitamos que os Deputados ocupem os seus lugares.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, fiz uma questão de ordem e gostaria que V. Exa. apontasse onde, no Regimento, está escrito que o Deputado é obrigado a ficar assentado para o início dos trabalhos. Isso aqui não é a escolinha do professor Raimundo.

O Sr. Presidente - Pedirei ao Sr. Secretário que leia o artigo referente.

O Sr. Secretário (Deputado Sebastião Navarro Vieira) - Pois não, Sr. Presidente. (- Lê:)

"Art. 83 - Ao Presidente, como fiscal da ordem, compete tomar as providências necessárias ao funcionamento normal das reuniões".

O Deputado Irani Barbosa - Estamos exatamente no Plenário, onde deve permanecer o Deputado. O artigo não diz que o Deputado deve ficar assentado.

O Sr. Presidente - Não precisa ficar assentado. Não iremos aceitar boca-de-urna. Quem quiser se assentar, assente-se. Quem quiser ficar de pé, fique. Se quiser até ajoelhar-se, pode. Com a palavra, o Sr. 1º-Secretário, para proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (- Faz a chamada.)

- Deposita seu voto na urna, por concessão do Sr. Presidente, o seguinte Deputado:

Glycon Terra Pinto.

O Deputado Rêmoló Aloise - Para que o processo de eleição da Mesa transcorra com respeito a este parlamento, peço a V. Exa. que não permita que se faça boca-de-urna. O Deputado que acabou de votar, antes de se dirigir à urna, recebeu um envelope das mãos do Deputado Alencar da Silveira Júnior. Solicito a V. Exa. que não permita que tal fato se repita. (- Palmas.)

O Sr. Presidente - Esperamos que isso não continue; para tanto, solicito aos Deputados que ocupem seus lugares e se mantenham à distância de 3 metros das urnas.

A Presidência esclarece que, se for encontrado na urna um envelope dentro do outro ou se houver qualquer outra identificação, o voto será anulado. Com a palavra, o Sr. Secretário, para continuar a proceder à chamada dos Deputados.

O Sr. Secretário (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro.

O Deputado Rêmoló Aloise - Mais uma vez, o Deputado Dinis Pinheiro entregou o envelope para o Deputado Antônio Genaro. Peço a V. Exa. que não prossiga dessa maneira ou se suspenda a votação.

O Sr. Presidente - Vou pedir ao Sr. Secretário, mais uma vez, que leia esse artigo, para que os Deputados tenham consciência dele.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Gostaria de saber qual artigo do Regimento Interno impede que um Deputado possa oferecer a outro uma proposta de votação. A votação é secreta, o Deputado está votando na cabine eleitoral. Entendo que não há nenhum impedimento, isto aconteceu durante toda a história desta Casa: um Deputado pode abordar outro,

na busca e no convencimento do voto.

O Sr. Presidente - Peço ao Sr. Secretário que responda a isso.

O Sr. Secretário - Sr. Presidente, conforme já foi lido, o art. 83 diz expressamente: "Ao Presidente, como fiscal da ordem, compete tomar as providências necessárias ao funcionamento normal das reuniões". O art. 19 do Regimento Interno diz o seguinte: "Na hora do início da reunião, aferida pelo relógio do Plenário, os membros da Mesa da Assembléia e os demais Deputados ocuparão seus lugares".

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, gostaria de chamar a atenção do Secretário, que já tem experiência nesta Casa e acompanhou, todo o tempo, o processo que está ocorrendo em perfeita ordem, que nenhuma atitude dos Deputados está causando alteração da ordem de votação. Por isso, solicito a V. Exa. que prossiga a votação como está ocorrendo no momento.

O Deputado Ermano Batista - Quero dizer que o procedimento da entrega de "marmitinha" não me preocupa. Nós estamos numa eleição de que participam Deputados que têm consciência do que vão fazer e sabem o que vão fazer. O que me preocupava, Sr. Presidente, é que havia uma conversa de que a Situação iria entregar a "marmitinha" e impedir que o Deputado fosse à cabine para votar. Se ele tiver a oportunidade de ir à cabine indevassável, permanecer lá, onde estão colocadas as cédulas de todos os candidatos, e tendo eu a honra de disputar um cargo na Mesa, não há problema nenhum. O Deputado pega a "marmita", vai lá e coloca o nome daquele em que quer votar. O que peço aos Deputados é que sejam independentes, não sejam manipulados. Confio na soberana decisão do pleito eleitoral.

O Sr. Presidente - O senhor pode estar certo: a entrega da "marmitinha" identifica o voto. Peço ao Sr. Secretário, dada a minha inexperiência, para responder à questão do Deputado.

O Sr. Secretário - O Sr. Presidente havia comentado comigo justamente a respeito da questão de ordem que o Deputado Ermano Batista levanta. A entrega da "marmitinha", quando o Deputado não vai à cabine, é uma forma de patrulhamento sobre o voto.

O Deputado Irani Barbosa - Sr. Presidente, pela ordem, quem está presidindo a sessão é V. Exa. ou o Deputado Sebastião Navarro Vieira? O Deputado Sebastião Navarro Vieira está falando pela Presidência?

O Sr. Presidente - Passei a palavra ao Deputado Sebastião Navarro Vieira e creio...

O Deputado Irani Barbosa - Pode um Secretário falar em nome da Presidência? O 2º-Secretário é do PFL. Está conduzindo, induzindo V. Exa. a erro.

O Sr. Secretário - O Presidente me solicitou que expusesse seu pensamento.

O Deputado Irani Barbosa - Não tem nada no Regimento que proíba a boca-de-urna, não tem nada no Regimento que não permita a entrega da "marmita", não tem absolutamente nada. V. Exa. está induzindo o Presidente a erro.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao nobre Deputado que aguarde sem tumultuar os trabalhos, pois dessa forma tudo se torna mais difícil. Srs. Deputados, avisamos que não é permitido tirar cédula de um envelope e passar para outro. Por gentileza, não façam isso. O Sr. Secretário vai reler o Regimento Interno.

O Sr. Secretário - O Presidente pede que chamemos a atenção dos senhores parlamentares para o seguinte: (- Lê:)

"Art. 9º - A eleição da Mesa da Assembléia e o preenchimento de vaga nela verificada são feitos por escrutínio secreto, observadas as seguintes exigências e formalidades:

VI - colocação, na cabina indevassável, em sobrecarta rubricada pelos Secretários, das cédulas correspondentes a todos os cargos;"

O que o Sr. Presidente pede é que, para que não se exponha a imagem da Assembléia e para que não se coloquem Deputados em situação de constrangimento, o voto não seja transferido de um envelope para outro, fora da cabina indevassável.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sr. Secretário. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada de votação.

O Sr. Secretário - (- Faz a chamada.)

- Depositam seus votos na urna os seguintes Deputados:

Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Christiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dilzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Francisco Rafael - George Hilton - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Alves Viana - José Braga - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Newton de Moraes - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Tadeu Leite - Wanderley Ávila - Washington Rodrigues.

O Sr. Presidente - A Presidência recomenda aos escrutinadores que procedam à abertura da urna e à verificação da coincidência do número de sobrecartas com o de votantes.

O Sr. Escrutinador (Deputado Agostinho Patrús) - Sr. Presidente, a Deputada Maria José Hauelsen e eu comunicamos a V. Exa. que vamos conferir o número de sobrecartas e que iremos considerar apenas um voto se dentro delas houver dois papéis com o nome do mesmo candidato - o que pode acontecer pelo fato de o Deputado pegar, sem perceber, dois papéis do seu candidato. Consideraremos um voto e rasgaremos o segundo papel.

O Sr. Presidente - Sim, mas caso haja dois nomes diferentes num mesmo envelope, o voto será considerado nulo.

O Sr. Escrutinador - Os candidatos aos cargos concordam com o critério proposto pelos escrutinadores? (- Houve assentimento dos candidatos.)

- Procede-se à contagem das sobrecartas.

O Sr. Presidente - Votaram 77 Deputados. Foram encontradas na urna 77 sobrecartas. Os números conferem. A Presidência solicita aos escrutinadores que procedam à abertura das sobrecartas e à separação das cédulas, de acordo com os cargos a serem preenchidos. As sobrecartas deverão ser abertas uma a uma. Havendo qualquer fato que possa ensejar dúvida, deverá ser comunicado imediatamente a esta Presidência. Em caso de cédulas repetidas para o mesmo cargo, será considerado apenas um voto. Em caso de cédulas diferentes para o mesmo cargo, o voto para o cargo será anulado.

O Deputado Dilzon Melo - Gostaria que V. Exa. esclarecesse se o resultado será anunciado voto por voto, após a abertura do envelope, ou se isso será feito no global.

O Sr. Presidente - Será anunciado voto por voto.

O Sr. Presidente - Se houver alguma identificação, os votos serão nulos.

O Sr. Escrutinador - Então, esse último voto está anulado.

O Sr. Presidente - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: para Presidente, o candidato Deputado Anderson Aداuto, com 59 votos; votos em branco, 17; voto nulo, 1. Para 1º-Vice-Presidente, o candidato Deputado José Braga, com 66 votos; votos em branco, 10; voto nulo, 1. Para 2º-Vice-Presidente, o candidato Deputado Durval Ângelo, com 37 votos, e o candidato Deputado Ermano Batista, com 36 votos; votos em branco, 2; votos nulos, 2. Para 1º-Secretário, o candidato Deputado Dilzon Melo, com 40 votos; o candidato Deputado Rêmolo Aloise, com 32 votos; voto em branco, 1; votos nulos, 4. Para 2º-Secretário, o candidato Deputado Gil Pereira, com 61 votos; votos em branco, 15; voto nulo, 1.

Proclamo eleito Presidente o Deputado Anderson Aداuto; 1º-Vice-Presidente, o Deputado José Braga; 2º-Vice-Presidente, o Deputado Durval Ângelo; 1º-Secretário, o Deputado Dilzon Melo; 2º-Secretário, o Deputado Gil Pereira.

Prorrogação da Reunião

O Sr. Presidente - Esta Presidência, de ofício, prorroga a reunião por mais 2 horas.

Palavras do Sr. Presidente

O Sr. Presidente - A Presidência informa aos Deputados que, de acordo com entendimentos havidos com o Presidente eleito, Deputado Anderson Aداuto, a reunião solene de abertura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 14ª Legislatura será realizada no dia 17 de fevereiro, às 20 horas.

Posse dos Membros da Mesa

O Sr. Presidente - Convido o Sr. Presidente, Deputado Anderson Aداuto, a comparecer à Mesa. (- Pausa.) No exercício da atribuição que me confere o Regimento Interno, declaro empossado como Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais o Deputado Anderson Aداuto, a quem, neste momento, transfiro a Presidência.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aداuto) - Convido o Deputado José Braga a comparecer à Mesa. (- Pausa.) Declaro empossado como 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais o Deputado José Braga.

Convido o Deputado Durval Ângelo a comparecer à Mesa. (- Pausa.) Declaro empossado como 2º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais o Deputado Durval Ângelo.

Convido o Deputado Dilzon Melo a comparecer à Mesa. (- Pausa.) Declaro empossado como 1º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais o Deputado Dilzon Melo.

Convido o Deputado Gil Pereira a comparecer à Mesa. (- Pausa.) Declaro empossado como 2º-Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais o Deputado Gil Pereira.

Declaração de Instalação

O Sr. Presidente - Convido os presentes a ouvir, de pé, a declaração de instalação da 14ª Legislatura. (- Lê:) "Declaro instalada a 14ª Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais".

Palavras do Sr. Presidente

Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores, o início de nova legislatura exige essa solenidade, em que se reafirma o nosso compromisso com a sociedade e a esperança renasce. Os povos sonham com coisas simples, como a paz, a liberdade, a dignidade, o conhecimento e a solidariedade. E todos os seres humanos sabem que só podem obter o direito a essa paz e a essa segurança com deveres, que são também direitos: o dever de construir o destino da comunidade; de trabalhar e produzir; de cuidar de sua família; de obedecer às leis justas, na alegria do afeto de seus filhos e do convívio com os amigos.

Esse é o mais antigo contrato dos homens com a vida, e, para assegurá-lo, eles criaram o Estado e a política.

Minas não pode aceitar, sem seu protesto mais enérgico, os ajustes fiscais que jogam na rua e no desespero milhões de trabalhadores, fecham hospitais, cortam a merenda escolar, doam empresas estratégicas, reduzem a segurança pública e sacrificam a capacidade combativa das Forças Armadas, a fim de que haja dinheiro para pagar os mais altos juros do mundo. Os ajustes que se fizeram - e foram todos os que o Governo pediu ao Congresso - de nada serviram. Ao contrário, sem a contrapartida da necessária redução dos juros, tornaram ainda mais precárias as finanças nacionais, com a redução das atividades econômicas, a contração do consumo, o endividamento sempre maior. E quanto mais ajustes dessa natureza houver, mais sacrifícios haverá.

O parque industrial, edificado a duras penas, com o sacrifício de gerações sucessivas de trabalhadores, que produziram os capitais acumulados para a formação das empresas nacionais, públicas e privadas, está, em sua maior parte, alienado a aventureiros sem pátria. Empresas estratégicas, que constituem, no mundo moderno, as armas para a defesa da soberania dos Estados e para impelir o desenvolvimento e a criação de empregos, passaram ao domínio privado, entregues a controladores estrangeiros e a prepostos brasileiros.

Nesse processo de demolição, nós, mineiros, sentimo-nos os mais atingidos. Não temos o monopólio do patriotismo nem somos senhores de todo o saber e de toda a verdade. Mas, talvez por viver a maior parte do tempo no centro do País, submetidos às nossas próprias reflexões, sofreremos na carne e na alma todas as vezes em que as fronteiras físicas e morais do Brasil são violadas.

O grande salto de desenvolvimento econômico do Brasil se deve aos mineiros. Sem o minério de Minas e sem a energia de nossos rios, não teria havido o extraordinário crescimento dos anos 50. Mais ainda que os recursos naturais de Minas, concorreu para a afirmação nacional daquele tempo a vontade política de nossa gente, que Juscelino Kubitschek soube interpretar e impor. Naqueles escassos cinco anos, os brasileiros, sob a direção política e técnica de mineiros, construíram Brasília, abriram os grandes eixos rodoviários, consolidaram a PETROBRÁS, ergueram as grandes barragens, implantaram a indústria nacional de base e a indústria automobilística.

É natural que tenhamos protestado contra a privatização da Cia. Vale do Rio Doce, que, em poucos meses, fez o enriquecimento de tanta gente e está promovendo o empobrecimento das regiões que explora - que o diga o nosso Presidente, Luiz Menezes, que é de Itabira e conhece esse quadro com muita profundidade. É mais que natural que o Governador Itamar Franco tome providências para recuperar o pleno controle dos mineiros sobre a CEMIG; é natural que exijamos a renegociação das dívidas assumidas em contratos de vassalagem

com as autoridades financeiras da União.

Senhoras e senhores parlamentares, senhoras e senhores, para que sejamos bons brasileiros, temos que ser, em primeiro lugar, bons mineiros. Não será abandonando as causas específicas de Minas que serviremos ao Brasil. Ao contrário. Quando Minas protesta contra a centralização do poder e contra a discriminação tributária, em nome de suas dimensões e de sua importância econômica e política, ela está prestando um serviço a todas as outras unidades da Federação.

A eleição do Presidente Itamar Franco para o Governo de Minas e a renovação desta Assembléia Legislativa trazem novo alento ao nosso Estado e ao Brasil. A sociedade mineira se reencontra na coragem, serena e indesviável, de seu Governador. Voltamos a dizer ao Brasil que não deixamos de existir, que não deixamos de nos preocupar com o destino da Pátria, que o eclipse já passou e que a luz clara do sol se reflete em nossas serras, para desfazer as neblinas do engano e da submissão.

Entre outras, são essas as razões que nos levam a conchamar os outros Estados da Federação à luta para que a sensatez se restaure. Não pode a União absorver mais de 50% dos tributos nacionais, gastando esse dinheiro na manutenção de um modelo insano e de uma equipe econômica que não conhece o Brasil, não quer conhecê-lo e se empenha em entregar as nossas riquezas e o nosso destino ao controle externo.

A prepotência do Ministério da Fazenda, por ordem do Presidente da República, chegou ao absurdo de pedir aos órgãos internacionais que suspendam os contratos de financiamento, a juros baixos, para as obras que estão sendo realizadas e que são indispensáveis ao desenvolvimento social em Minas e no Rio Grande do Sul. Obras como as de saneamento básico, sem as quais não poderemos combater as endemias que assassinam centenas de milhares de crianças todos os anos, serão interrompidas, em ato de represália mesquinha contra o nosso povo e o bravo povo gaúcho.

Deixem conosco os recursos que o nosso trabalho produz, e saberemos utilizá-los na promoção do bem comum. É inadmissível que nos confiscem os tributos, não só na discriminação fiscal clássica, como no saqueio odioso do FEF e da Lei Kandir. Senhoras e senhores, as situações anormais pedem respostas corajosas. O cerco contra Minas e os interesses de seu povo impediu que pudéssemos constituir a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa mediante o entendimento entre a Maioria e a Minoria.

A disputa, nos sistemas democráticos, é sempre salutar e se impôs, tendo em vista a gravíssima conjuntura política, que não permite acomodações, no nosso entendimento.

Por outro lado, é importante que haja nesta Casa Oposição vigilante. Sem oposição - e o que faltou ao Brasil, nesses quatro anos, foi uma Oposição mais consistente -, não há democracia, não há República, não há sociedade política estável. O Governo, Sras. e Srs. Deputados, não quer a unanimidade do aplauso, mas a vigilância sobre os seus atos. Dela necessita, para o bem do povo brasileiro e do povo mineiro.

Peço-lhes entender que o momento recusa o silêncio e exige definições. Devo e quero agradecer aos Deputados mineiros que votaram em meu nome a confiança de eleger-me Presidente da Assembléia Legislativa. (- Palmas.) Procurarei, no exercício da Presidência, defender os interesses da sociedade, a dignidade e a independência do parlamento, separando bem os meus compromissos partidários das funções na chefia do Poder Legislativo. E, dentro de dois anos, gostaria, no momento em que for fazer minha prestação de contas, com a mesma confiança que estou merecendo agora, de abordar, de forma absolutamente clara, a questão da condução do meu trabalho no que diz respeito à independência deste Poder. (- Palmas.)

Se a situação crítica em que nos encontramos, na qual a maioria esmagadora dos mineiros se une ao Governo na resistência contra a tentativa de sitiar o Estado econômica e politicamente, exige uma posição firme, isso não significa, nem pode significar, a subordinação do Poder Legislativo ao Poder Executivo.

Estamos em uma conjuntura de resistência institucional, que impõe o alinhamento das forças políticas na defesa dos interesses permanentes do Estado. Esse alinhamento deve fazer-se na independência dos Poderes, mas também na sua subordinação comum aos valores de Minas, à sua autonomia política, à sua autodeterminação constitucional. E isso a base do Governo soube entender e apoiar neste momento.

A Assembléia Legislativa de Minas manterá a sua independência, como a manteve, ao eleger-me seu Presidente. Ela não deve subordinar-se ao Poder Executivo Estadual e, menos ainda, ao Poder Executivo Federal, quando as autoridades da União pretendem sufocar o Estado e nos fazer curvar às ordens do Planalto, transmitidas por homens públicos que negam o seu passado e negam a sua cidadania mineira. (- Palmas.)

O desenvolvimento institucional da Assembléia foi acelerado nos últimos dez anos, contribuindo para que nos transformássemos na verdadeira Casa do povo mineiro. Coincidindo com a promulgação da Constituição Estadual vigente e com os novos tempos de equilíbrio e valorização dos Poderes, intensificou-se o trabalho de legislar, fiscalizar e incrementar o diálogo com a sociedade.

No âmbito da ação legislativa, demos andamento às proposições referentes à legislação infraconstitucional, exigida pelos dispositivos da Carta Magna mineira. Em Plenário e nas comissões permanentes, intensa foi nossa atuação em áreas como a das finanças públicas, a da saúde, a da educação, a do meio ambiente, a dos direitos humanos e a das relações do consumidor, para citar apenas algumas.

A intensificação do diálogo com os diferentes setores da comunidade constituiu uma de nossas prioridades e começou quando, na condição de Assembléia Constituinte, procuramos ouvir a sociedade na elaboração do texto constitucional.

A aproximação entre a Casa e os cidadãos continuou, com a realização de ciclos de debates, seminários, fóruns técnicos e audiências públicas regionais.

Também procurou a Assembléia, com sucesso, incrementar projetos para formação política de nossa gente, como o Espaço Político-Cultural, o Centro de Atendimento ao Cidadão, o PROCON e a Escola do Legislativo. Aqui se desenvolve trabalho concreto e profícuo, dispomos de instrumental técnico condizente com nossas necessidades, contamos com corpo de servidores profissionalizado e competente. No entanto, devemos evoluir, não perpetuando, sem mudanças, situações e estruturas apenas por se terem elas mostrado satisfatórias, até o momento. O mundo está em constante evolução, e devemos a isso ficar atentos. Particularmente, o tempo que nos chega é para seriamente repensar os custos que o poder público representa para o povo mineiro, bem como o retorno que estamos dando a essa mesma sociedade. Com relação à Assembléia, cabe-nos insistir na racionalização e na possível redução dos dispêndios. Isso iremos conseguir ao dar utilização integral aos recursos de que dispomos e a não partir para novas iniciativas de fundo meramente promocional e ostentatório.

Agradeço também aos mineiros que me escolheram para representá-los no parlamento do Estado. Na Presidência da Assembléia, não descuidarei de meus deveres para com as bases eleitorais. E, ao servir a todos os mineiros, estarei servindo aos mineiros do Triângulo, e principalmente os de Uberaba, aos quais devo a minha vida pública.

Para Minas é chegada a hora em que os Estados e municípios se façam respeitar. O Brasil são os seus Estados e seus municípios, onde as pessoas nascem, se educam, trabalham, criam seus filhos e vivem o seu tempo. É hora de ajustar novo pacto federativo, porque a União deve ser a soma de todos nós e não poder que se estabeleça isolado da vontade e dos interesses de cada uma das unidades que a constituem. A integridade e a soberania da Pátria dependem da integridade e da autonomia de cada um de seus Estados e municípios. Com Minas, por Minas e pelo Brasil, sou-lhes muito obrigado. (- Palmas.)

Decisão da Mesa

O Sr. Presidente - (- Lê:)

"A Mesa da Assembléia Legislativa, com base no que dispõe o inciso I do art.79 do Regimento Interno, considerando a necessidade de iniciar imediatamente as ações preparatórias objetivando a composição das comissões permanentes da Casa, a escolha das Lideranças das bancadas e o aperfeiçoamento de medidas administrativas de gestão, decide:

1º- Manter-se em reunião permanente durante o período de 2 de fevereiro do corrente até o início da sessão legislativa ordinária.

2º- Convocar, através de interlocutores devidamente indicados, as representações partidárias com assento nesta Casa para auxiliá-la na consecução desses objetivos".

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião solene, dia 17, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial para emitir parecer sobre a proposta de emenda à Constituição nº 29/96

Às quinze horas e dez minutos do dia dez de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcos Helênio, Arnaldo Penna, Anivaldo Coelho, Hely Tarquínio, Tarcísio Henriques, Sebastião Navarro Vieira, Luiz Fernando Faria (substituindo este ao Deputado Alberto Pinto Coelho, por indicação da Liderança do PPB), Raul Lima Neto (substituindo este ao Deputado Alencar da Silveira Júnior, por indicação da Liderança do PDT) e Rêmoló Aloise (substituindo este ao Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do PFL). Encontram-se presentes, ainda, os Deputados Ivo José e Ibrahim Jacob. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Marcos Helênio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Arnaldo Penna, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar o parecer para o 2º turno da proposta de emenda à Constituição supracitada. Na ausência do relator, o Presidente redistribui a matéria ao Deputado Rêmoló Aloise, a quem indaga se está em condições de emitir o seu parecer. Com a palavra, o relator procede à leitura de seu parecer, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma original. Na fase de discussão, fazem uso da palavra os Deputados Arnaldo Penna, Sebastião Navarro Vieira e Raul Lima Neto. Encerrada a discussão e submetido a votação, é aprovado o parecer. A seguir, o Presidente suspende os trabalhos para a lavratura da ata. Reabertos os trabalhos, o Presidente, solicita ao Deputado Raul Lima Neto que proceda à leitura da ata, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos da Comissão

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 1998.

Marcos Helênio, Presidente - Luiz Fernando Faria - Raul Lima Neto - Sebastião Navarro Vieira - Rêmoló Aloise - Arnaldo Penna - Anivaldo Coelho - Hely Tarquínio - Tarcísio Henriques.

ATA DA 28ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia dezesseis de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Leite, Durval Ângelo e Tarcísio Henriques, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Tarcísio Henriques, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. Nesse momento, comparece à reunião o Deputado Raul Lima Neto. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir os seguintes convidados: Srs. Nilmário Miranda, Deputado Federal; Mário Genival Tourinho; Marcelo Paixão de Araújo, ex-Tenente do Exército; José Roberto Gonçalves Rezende, Ouvidor de Polícia de Minas Gerais; Heloisa Greco, do Movimento Tortura Nunca Mais, e José Luiz Quadros Magalhães, Presidente do CONEDH, que prestarão esclarecimentos sobre a participação do Ten. Marcelo Paixão de Araújo em tortura de presos políticos. O Presidente informa o recebimento das seguintes correspondências: da ASSEIJ-MG, da FEBRASPEN e do SINDPÚBLICOS-MG, dando os parabéns pelo trabalho da Comissão em favor de diversas entidades; da ASSEIJ-MG, manifestando sua preocupação com ex-policiais presos em Minas Gerais e sugerindo que a Penitenciária José Abranches Gonçalves, em Neves, seja destinada provisoriamente para alojar esses condenados e enviando, em anexo, cópia de carta enviada à entidade pelo ex-Delegado José Antônio de Moraes Barbosa, que vem sendo ameaçado de morte dentro da Penitenciária Nelson Hungria; do Sr. Francisco Menezes Linhares, de Governador Valadares, denunciando policiais de Minas Gerais por terem agredido seu filho Fabiano Assis Linhares; do Sr. José Geraldo de Assis Castro, Presidente do Movimento de Direitos Humanos de Belo Horizonte, em que denuncia atos de violência, tortura e ameaças no destacamento militar desse município, e do Vereador Paulão, encaminhando convite da Fundação Internacional de Capoeira Angola para o seminário A Capoeira Angola na Comunidade Belo-Horizontina: Atuação, Trabalho e Público-Alvo. Em seguida, o Presidente designa o Deputado Tarcísio Henriques para relatar o Projeto de Lei nº 1.380/97, do Deputado Arnaldo Penna. O Deputado Durval Ângelo apresenta os seguintes requerimentos: solicitando sejam convidadas as autoridades que menciona para ouvir o Sr. James Cavallaro, representante da Human Rights Watch, que apresentará o relatório concernente ao sistema carcerário brasileiro; solicitando seja encaminhado ao Comandante-Geral da PMMG e ao Ouvidor da Polícia de Minas Gerais denúncias apresentadas pelo Sr. Wesley de Paula Viana contra o Major Rômulo Berbet Diniz, Comandante do Batalhão de Polícia Militar de Diamantina; solicitando seja encaminhado ofício ao Corregedor de Polícia do Estado pedindo sejam tomadas providências com relação à denúncia apresentada pelo Sr. Devair Lucas referente à intimidação e à perseguição que vem sofrendo por policiais civis da cidade de Governador Valadares, e solicitando sejam ouvidos nesta reunião o Vereador Betinho Duarte e as Sras. Clotilde Ayer Quintela, Assessora do Vereador, e Maria Caiafa, Coordenadora de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de Belo Horizonte. Postos em votação, cada um por sua vez, são os requerimentos aprovados. Em seguida, o Presidente registra a presença dos Srs. Mário Genival Tourinho, José Roberto Gonçalves Rezende, Heloisa Greco e José Luiz Quadros Magalhães. O Presidente passa a palavra ao Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem à reunião, e, em seguida, cada um dos convidados faz uso da palavra. Segue-se amplo debate, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de dezembro de 1998.

João Leite, Presidente - Durval Ângelo - Tarcísio Henriques - Raul Lima Neto.

ATA DA 50ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Administração Pública

Às dez horas e dez minutos do dia vinte e nove de dezembro de mil novecentos e noventa e oito, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Marcos Helênio, Ailton Vilela (substituindo este ao Deputado Ajalmar Silva, por indicação da Liderança do Bloco Social Trabalhista), Mauri Torres (substituindo o Deputado Arnaldo Penna, por indicação da Liderança do Bloco Social Trabalhista), Paulo Piau (substituindo o Deputado Leonídio Bouças, por indicação da Liderança do PFL) e Péricles Ferreira (substituindo o Deputado Ibrahim Jacob, por indicação da Liderança do Bloco Social Trabalhista), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ailton Vilela, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Mauri Torres, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. A seguir, o Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Com a palavra o relator, Deputado Paulo Piau, solicita a distribuição de avulso de seu parecer sobre a Emenda nº 6, apresentada em Plenário, no 1º turno, ao Projeto de Lei nº 1.960/98. O relator conclui pela rejeição da emenda. A seguir, o Presidente suspende os trabalhos por 10 minutos para a lavratura da ata da reunião. Reabertos os trabalhos, com a presença dos parlamentares supracitados, o Presidente, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Mauri Torres, dispensa a leitura da ata, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes, declara cumprida a finalidade da reunião, agradece a presença dos parlamentares e encerra os trabalhos da Comissão.

Sala das Comissões, 29 de dezembro de 1998.

Ailton Vilela, Presidente - Marcos Helênio - Paulo Piau - Mauri Torres.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 3/2/99, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91; 5.130, de 4/5/93; 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93; 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.593, 1.598 e 1.608, de 1999, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

Gabinete do Deputado Agostinho Silveira

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo" de 2/2/99, que nomeou Bartolomeu de Lima Girardi para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11 - 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo" de 2/2/99, que nomeou Benedito Pereira de Castro Batista para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas;

nomeando Flávia Andrea Mattos Aguiar para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11 - 8 horas;

nomeando Maire Anne Myrra Cordeiro Mattos para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07 - 8 horas.

Gabinete do Deputado Antônio Carlos Andrada

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo" de 2/2/99, que nomeou José Augusto de Oliveira Pena Naves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo" de 2/2/99, que nomeou Maria da Consolação Rodrigues Campos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01 - 8 horas;

nomeando Ernane Neri Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01- 8 horas;

nomeando Luiz Lúcio de Almeida para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01- 8 horas.

Gabinete do Deputado Luiz de Menezes

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo" de 2/2/99, que nomeou Kennia Faria Lima para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 4 horas;

nomeando Bertha Margarida Salles Wall para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10 - 4 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89; 434, de 9/4/90; 845, de 11/3/93; 982, de 29/9/93; 1.360, de 17/12/96; 1.389, de 6/2/97; 1.418, de 12/3/97; 1.429, de 23/4/97 e 1.522, de 4/3/98, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia:

nomeando Lauro César de Lima para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Romenio Pereira para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da 2ª Vice-Presidência.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86; 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89; 434, de 9/4/90; 845, de 11/3/93; 1.189, de 22/2/95; 1.360, de 17/12/96; 1.389, de 6/2/97; 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, e 1.522, de 4/3/98, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia:

nomeando Cláudia Ferreira Costa Alcântara para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da 2ª Vice-Presidência;

nomeando Francisco Assis Rodrigues Costa para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria;

nomeando Robson Ferreira para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no Gabinete da 1ª Secretaria.

Ato do SR. PRESIDENTE

O Presidente da Assembléia, no uso de suas atribuições, em especial o que dispõe o art. 93, da Resolução nº 5.065, de 31/5/90, com as alterações introduzidas pela Resolução nº 5.172, de 19/12/96, indica, para o exercício da função de Corregedor o Deputado Antônio Júlio.

Em 3 de fevereiro de 1999.

Anderson Adauto, Presidente.

ERRATA

LEI Nº 13.200, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1999

Na publicação da lei em epígrafe, verificada na edição de 4/2/99, na pág. 8, col. 1, no art. 1º, onde se lê:

"e 29, § 4º, leia-se:

"e 39, § 4º.